

# Diário do Legislativo de 26/10/2004

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

#### 1.1 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Plenário

#### 3.2 - Comissões

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 6 - ERRATA

## ATAS

### ATA DA 16ª REUNIÃO Ordinária da CPI do Café, em 14/10/2004

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Sargento Rodrigues, Rogério Correia, Fábio Avelar e Roberto Ramos, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Paulo Piau. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente registra a presença do Dr. Márcio Lobato, Delegado da Polícia Civil de Belo Horizonte, que acompanha e auxilia permanentemente os trabalhos. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Ronaldo Scucato, Presidente do Sindicato e da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais - OCEMG; e Oswaldo Henrique Paiva Ribeiro, Presidente do Conselho Nacional do Café - CNC, sendo que este último, que não pôde comparecer, justificou a sua ausência e será ouvido na reunião de 20/10/2004, às 14h30min. O Sr. Ronaldo Scucato, com a palavra, faz suas considerações iniciais e, em seguida, responde às perguntas feitas pelos parlamentares presentes. Tendo o convidado prestado os esclarecimentos necessários, os membros da Comissão deliberam dispensar o depoimento do Sr. Oswaldo Henrique Paiva Ribeiro, que prestaria informações sobre o mesmo tema. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, o Deputado Rogério Correia apresenta requerimento no qual solicita seja intimado para prestar esclarecimentos a esta Comissão o Sr. Acácio Antônio Spini, ex-funcionário da agência do Banco do Brasil do Município de São Sebastião do Paraíso. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. O Presidente esclarece que o teor desta reunião consta, na íntegra, nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença do Sr. Ronaldo Scucato, do Sr. Márcio Lobato e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 20 de outubro, quarta-feira, às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2004.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Fábio Avelar - Sargento Rodrigues - Rogério Correia.

### ATA DA 11ª REUNIÃO Extraordinária da CPI do Café, em 20/10/2004

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Sargento Rodrigues, Rogério Correia e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os seguintes convidados:

Srs. Edgar Ferreira da Cunha, Superintendente Regional Oeste da Secretaria de Estado da Fazenda - SEF -; Itamar Peixoto de Melo, Fiscal da SEF; Nylson Gomes da Silveira, cooperado da COOPARAÍSO, que, conforme correspondência lida pelo Deputado Rogério Correia, não pôde comparecer. Os Srs. Edgar Ferreira da Cunha e Itamar Peixoto de Melo, com a palavra, fazem suas considerações iniciais e, em seguida, são inqueridos pelos parlamentares presentes. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, são submetidos a votação e aprovados requerimentos do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja decretada a quebra dos sigilos bancário e fiscal da COOPARAÍSO a partir de 1998, no que diz respeito às documentações referentes ao RECOOP e ao FUNCAFÉ, em razão de fortes indícios de irregularidades nas apurações por ela realizadas, bem como no relatório de auditoria que está sendo realizado pela Secretaria de Estado da Fazenda; e do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja requisitado ao Secretário de Estado da Fazenda o encaminhamento à Comissão do relatório parcial de auditoria realizado por esse órgão na COOPARAÍSO. O Presidente solicita à assessoria que faça a marcação de visita dos membros da Comissão ao Secretário de Estado da Fazenda e ao Superintendente do Banco do Brasil em Minas Gerais e informa que o teor da reunião consta, na íntegra, nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2004.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Rogério Correia - Fábio Avelar - Dalmo Ribeiro Silva - Domingos Sávio.

## ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 85ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 26/10/2004

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 79/2004, da Deputada Jô Moraes, que dispõe sobre a realização de referendo para desestatização de empresa distribuidora de gás canalizado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 574/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que estabelece condição obrigatória para o repasse de recursos aos municípios para programa de urbanização. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões do Trabalho e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.855/2004, do Governador do Estado, que autoriza a participação de empresa do Sistema Petrobras no capital social da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG - , altera a Lei nº 11.021, de 11/1/93, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 737/2003, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cabo Verde o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 931/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que proíbe os restaurantes, bares, casas noturnas e estabelecimentos congêneres à prática da obrigatoriedade de consumação mínima e dá outras providências. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 26/10/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 3.335/2004, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 26/10/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 3.347/2004, da Deputada Jô Moraes.

Finalidade: Apreciar a matéria constante na pauta e debater os contratos firmados entre o DER-MG e empresas que prestam serviço de locação e manutenção das balanças instaladas nas rodovias do Estado, a requerimento do Deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 26/10/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 3.346/2004, do Deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 23ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 26/10/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.276/2004, do Deputado Doutor Viana; 3.299/2004, do Deputado André Quintão; 3.334/2004, da Comissão de Participação Popular; 3.356 e 3.357/2004, do Deputado Miguel Martini.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 26/10/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.575/2004, do Deputado George Hilton; Projeto de Resolução nº 1.837/2004, da Comissão de Política

Agropecuária e Agroindustrial.

No 2º turno: Projeto de Resolução nº 1.726/2004, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.307/2004, do Deputado Paulo Piau; 3.279/2004, do Deputado Laudelino Augusto; 3.343/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 26/10/2004

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 53/2004, do Deputado Célio Moreira, e Projetos de Lei nºs 1.362/2004, da Comissão Especial da Cafeicultura, 1.147/2003, da Deputada Ana Maria Resende; 1.788 e 1.845/2004, do Deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 27ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 27/10/2004

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 3.345/2004, do Deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 27/10/2004

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 811/2003, da Deputada Jô Moraes; 1.337/2003, do Governador do Estado; 1.848/2004, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 26 de outubro de 2004, destinada, I - à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 79/2004, da Deputada Jô Moraes, que dispõe sobre a realização de referendo para desestatização de empresa distribuidora de gás canalizado e dá outras providências; dos Projetos de Lei nºs 574/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que estabelece condição obrigatória para o repasse de recursos aos municípios para programa de urbanização; 737/2003, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cabo Verde o imóvel que especifica; 931/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que proíbe os restaurantes, bares, casas noturnas e estabelecimentos congêneres à prática da obrigatoriedade de consumação mínima e dá outras providências; e

1.855/2004, do Governador do Estado, que autoriza a participação de empresa do Sistema Petrobras no capital social da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG -, altera a Lei nº 11.021, de 11/1/93, e dá outras providências; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 25 de outubro de 2004.

Mauri Torres, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 81/2004

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Fábio Avelar, Márcio Kangussu, Leonardo Moreira e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/10/2004, às 10h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o Parecer para o 2º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 81/2004; e de se discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2004.

Ivair Nogueira, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Turismo, Indústria e Comércio e de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Maria Olívia, Biel Rocha, Chico Rafael e Márcio Passos, membros da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio; Adalclever Lopes, Ana Maria Resende, Leonídio Bouças, Sidinho do Ferrotaco e Weliton Prado, membros da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, para a reunião a ser realizada em 9/11/2004, às 9 horas, no Caparaó Parque Hotel, Município de Alto Caparaó, com a finalidade de se discutirem os benefícios que a rota de peregrinação denominada "Caminho da Luz" ocasionará à Zona da Mata Mineira, a pedido do Deputado Adalclever Lopes.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2004.

Paulo Cesar, Presidente.

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

83ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 20/10/2004

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, público presente nas galerias, telespectadores da TV Assembléia e funcionários da Casa, no mês passado, como já disse desta tribuna, encaminhei um requerimento ao Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereador Betinho Duarte, questionando a legalidade da Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte S.A. - BHTRANS -, em sua atuação como órgão fiscalizador do trânsito e do tráfego, na condição de empresa de economia mista, sob a forma de sociedade anônima e com personalidade jurídica de direito privado, com possibilidade de distribuição de dividendos aos acionistas. Até hoje, 20/10/2004, não obtivemos nenhuma resposta aos nossos questionamentos.

Desde as primeiras reclamações encaminhadas ao meu gabinete, que dizem respeito a abusos possivelmente cometidos por agentes da BHTRANS, principalmente em relação à aplicação de multas, à remoção de veículos, ao pagamento de diárias de veículos apreendidos e a tantos outros fatos relatados pela própria imprensa mineira, ficou claro o despreparo dessa empresa.

Há ainda inúmeras solicitações de empresas de transporte e de motoristas abordando a legalidade da BHTRANS na prática de atos constantes no Código de Trânsito Brasileiro e a verificação da existência do necessário convênio entre a Prefeitura de Belo Horizonte e o Estado, por meio da Polícia Militar.

Desde junho, venho denunciando constantemente desta tribuna e pelos veículos de comunicação mineiros os abusos cometidos pela BHTRANS. O grande anseio do cidadão belo-horizontino e de outros municípios do Estado, multados na Capital mineira, é o direcionamento e a aplicação dos recursos auferidos pelas malfadadas multas, na maioria das vezes ilegais, que poderão gerar distribuição de dividendos e enriquecimento dos acionistas.

Para quem se sentir lesado, o nosso gabinete está à inteira disposição, por meio da nossa assessoria jurídica, para orientar os motoristas, a fim de colocarmos um freio nessa fábrica de multas que se tornou a BHTRANS. Somamo-nos ao trabalho e às exposições feitas aqui pelo Deputado Sargento Rodrigues e pela Deputada Lúcia Pacifico.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Obrigado, nobre companheiro, Deputado Doutor Viana. V. Exa., mais uma vez, oportunamente, traz um assunto de extrema relevância ao belo-horizontino e aos que trafegam pela região metropolitana e pelo interior do Estado.

Já recebi dezenas de denúncias em meu gabinete que apontam os agentes da BHTRANS por abuso do exercício da sua missão. Com a minha experiência como policial, Deputado Doutor Viana, não posso permitir isso. Recebemos três denúncias de pessoas diferentes e de bairros diversos dizendo que os agentes da BHTRANS estão utilizando veículos descaracterizados, sem o devido uniforme, para abordar mulheres e homens conduzindo veículos na porta das escolas onde seus filhos estudam. Eles não têm poder de polícia para proceder a uma fiscalização dessa maneira, não podem executar essa abordagem porque não são policiais e estão colocando em risco as pessoas que estão conduzindo os seus veículos. Se desejam realmente coibir o transporte escolar clandestino, devem realizar "blitz" específica na Cristiano Machado, na Pedro II, na Afonso Pena, na Av. Amazonas e nos chamados grandes corredores.

Das dezenas de reclamações que recebemos, já são três referentes a esse tal de Odilon, que vem abordando motoristas, de forma brusca, na

porta das escolas. Uma senhora ligou para o 190 e questionou os policiais militares sobre se deveria ou não parar. A resposta da polícia foi segura e certa: "A senhora não deve parar, por não saber de quem se trata". Imagine se for uma pessoa tentando seqüestrar crianças, já que vivemos uma grande insegurança pública em Belo Horizonte e em todo o nosso Estado. Não estamos contrários às multas, mas ao abuso, ao excesso, à indústria de multas que se instalou em Belo Horizonte. Tenho a certeza de que V. Exa., um homem honrado, sério e comedido, tem essa mesma posição.

Eu, V. Exa. e a Deputada Lúcia Pacífico vamos fazer uma grande mobilização em Belo Horizonte para que possamos frear essa conduta. Ontem se aprovou um requerimento de minha autoria solicitando uma reunião conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Defesa do Consumidor, presidida pela Deputada Lúcia Pacífico. V. Exa. não pode deixar de participar dessa audiência pública. Convidaremos os Promotores de Justiça que deram entrada a uma ação impugnando a competência da BHTRANS, o Sr. Ricardo Mendanha, Presidente da BHTRANS, e os cidadãos que estão ligando para o nosso gabinete, cuja voz estamos representando nesta Casa.

Parabéns a V. Exa. pois o assunto é de extrema relevância. Volto a insistir em que estamos criticando o abuso, o excesso, a indústria de multas. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Doutor Viana - Agradeço sua intervenção. Nem a Prefeitura, nem a BHTRANS, nem a Polícia Militar, nem a Câmara Municipal, que têm a obrigação de fiscalizar essas questões no Município de Belo Horizonte, se manifestaram. Continuaremos cobrando, até obtermos uma resposta. Caso contrário, vamos adotar outros encaminhamentos.

Com relação ao que disse o Deputado Sargento Rodrigues sobre a cobrança por agentes descaracterizados, estamos numa insegurança tão grande que corremos o risco de ser abordados por bandidos travestidos de policiais, que anunciam o assalto. A insegurança continua se alastrando por nosso Estado e por nosso País. É grave a situação de insegurança. Amanhã, às 15 horas, a Associação Comercial de Minas Gerais, na Regional de Venda Nova, promoverá uma grande manifestação, pacífica, ordeira, em defesa da segurança, principalmente para o comércio daquela ampla região. O comércio não suporta mais as agressões, os assaltos à mão armada, os crimes que vêm acontecendo. O policiamento ainda é insuficiente naquela região, deixando os bandidos à vontade, para agirem na hora em que quiserem.

Não agem mais à noite ou de madrugada, mas à luz do dia, antes de as pessoas saírem de suas casas para irem até o CEASA fazer compras. Amanhã haverá essa manifestação pacífica para chamar a atenção.

Apesar dos esforços do Governo do Estado e do interesse do Governo Federal em promover a segurança no País, passamos uma péssima imagem de segurança para outros países. Não podemos assistir a isso calados. A nossa missão é denunciar, cobrar do Executivo a segurança dos cidadãos. O problema mais grave hoje é a segurança, nos três níveis: municipal, estadual e federal.

O outro assunto diz respeito ao Dia do Professor. Não pude usar da palavra na quinta-feira, mas o faço hoje, porque os professores e as professoras são pessoas dignas, verdadeiros profissionais que enobrecem o nosso País. Apesar de todas as adversidades, especialmente os baixos salários, não desanimam em sua luta, são corajosos e persistentes, continuando a importante missão de transmitir o conhecimento a quem precisa.

Reconheço as grandes dificuldades por que esses profissionais têm passado ao longo dos últimos anos, mas tenho a esperança e a certeza de que, num futuro bem próximo, dias melhores virão.

Outro assunto que desejo destacar é que, como médico e parlamentar, não posso deixar de parabenizar meus colegas médicos pelo Dia do Médico, que foi comemorado no último 18 de outubro.

O reconhecimento do seu desempenho é algo que o profissional médico não busca; mas esse reconhecimento é bem-vindo, pois representa um incentivo à sua dedicação e uma recompensa que faz bem ao coração desses discípulos de Hipócrates.

Aliviar o sofrimento, restituir a alguém a saúde, lutar contra a doença e a morte, tudo isso é parte do seu cotidiano.

E é por isso que eles merecem nossas homenagens. Não tenho como parabenizar a cada um de vocês, meus colegas, e é por esse motivo que faço uso desta tribuna para felicitar a todos, médicos e médicas de Minas Gerais.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)\* - Saúdo V. Exa. pelo pronunciamento, particularmente os médicos e o Conselho Regional de Medicina do Estado, dignificados por V. Exa.

Particularmente saúdo os professores de Minas Gerais pelo seu dia, comemorado em 15 de outubro. V. Exa. tem razão, doravante temos de fazer, junto ao Governo do Estado, ações efetivas para que a tabela de cargos e salários venha para a Assembléia. Sabemos da dificuldade que o Governo tem enfrentado, mas esse é um compromisso do Governador Aécio Neves, que, num primeiro momento, já enviou essa matéria a esta Casa, nós a aprovamos e o Governador a sancionou. No entanto, temos um compromisso maior que é buscar um melhor salário para todos os professores do nosso Estado.

Tenho certeza de que os nossos pares desta Casa não medirão esforços para que o Governador possa, brevemente, encaminhar a nova tabela de salários dos professores de Minas. Dessa forma, saúdo V. Exa. de maneira muito especial. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Agradeço o aparte, nobre colega.

Para terminar, reforço a todos o convite para um evento de grande importância: uma caminhada em defesa da segurança na região de Venda Nova, que irá acontecer amanhã, à partir das 15 horas, saindo da Praça da Matriz - Rua Padre Pedro Pinto, em frente ao nº 520, em Venda Nova. Essa caminhada pela segurança está sendo organizada pela Associação Comercial de Minas - Regional Venda Nova.

O evento tem por objetivo chamar a atenção das autoridades, tendo em vista o aumento da criminalidade, com incidência de muitos seqüestros-relâmpagos, latrocínios, roubos e assaltos à mão armada contra empresários, comerciantes, e contra a comunidade da região do Bairro Venda Nova e adjacências.

Neste momento, é importante a nossa união. Conto, se possível, com a presença, com o apoio e com a participação de todos os colegas. Essa parceria é fundamental, para que possamos colaborar com a população mineira, principalmente a de Belo Horizonte, pelo direito sagrado da segurança, que é dever constitucional do Estado.

Para terminar, o jornal "Hoje em Dia" de hoje noticia que, tendo em vista o aumento da violência, que foi muito intenso no último fim de

semana, o Governador Aécio Neves assegurou que irá colocar mais 2.500 policiais militares nas ruas de todo o Estado, nas próximas duas semanas.

Sou da base do Governo de Minas e creio que o Governador está realmente preocupado com o assunto, mas também acredito na força de nossa luta em parceria. Por isso peço o apoio de todos à justa causa dos comerciantes e de toda a população de Belo Horizonte, principalmente da região de Venda Nova. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Ana Maria Resende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, telespectadores que nos assistem pela TV Assembléia, muito se tem dito que a agricultura é a locomotiva do Brasil. O agronegócio movimenta 458 bilhões e representa 1/3 de nosso PIB; gera 17.700.000 empregos, ou seja, 37% do total nacional; rende US\$30.000.000,00 em exportações ou 42% de tudo o que o País vende lá fora. Só a carne bovina é vendida para 110 países e rende US\$1.500.000.000,00 em divisas.

Batemos recordes na produção de soja, de álcool, de frutas, de sucos, até de leite e de carne. Somos o 2º maior produtor de aves e o maior exportador. Também 82% do suco de laranja do mundo é brasileiro, além de 42% da soja, 29% de todo o açúcar mundial e de 28% do café. Somos o maior exportador de álcool do mundo, o maior produtor de derivados de couro e o maior produtor de carne.

Apesar de tudo isso, temos de conviver com o nosso setor de transportes totalmente sucateado, não ajudando em nada a produção agropecuária, que, na realidade, tem sido a salvação da nossa pátria.

Sabemos que essa situação da malha rodoviária persiste ano após ano, só que, Sr. Presidente, nesses dois últimos anos, as vias de transportes rodoviários se encontram em situação de calamidade. Nunca estivemos numa situação tão precária e tão lastimável para o nosso País nesse setor.

Em conversa com empresários da construção pesada, soubemos que todos eles aceitariam a terceirização, tanto da 135 quanto da 369, sem que o Governo Federal precisasse viabilizar a sua recuperação.

Eles se encarregariam de recuperar, administrar e manter essas rodovias, que hoje se transformaram em rodovias da morte para o nosso homem e para o nosso desenvolvimento social e econômico.

Os empresários do setor de transportes conversaram com o Ministro Palocci e disseram-lhe que o dinheiro da CIDE só pode ser usado para a recuperação da malha de transporte. Pasmem, senhores! A resposta do Ministro foi que a CIDE pode também não ser gasta.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, assistimos a isso: o dinheiro da CIDE pode ser usado para recuperar e construir novas rodovias, mas também, segundo o Ministro, pode não ser gasto. Portanto, assistimos ao dinheiro da CIDE ser contingenciado, guardado nos cofres do Tesouro Federal. Há R\$18.000.000.000,00 retidos da CIDE, os quais poderiam recuperar 30.000km de estradas no nosso País, que, com certeza, poupariam muitas vidas e trariam desenvolvimento e progresso para o nosso povo.

Por que a CIDE está sendo contingenciada? Deputado Padre João, foi realizada uma pesquisa cujos dados demonstram que apenas 2% dos brasileiros se preocupam com a situação das estradas. Se apenas 2% dos brasileiros se importam com as condições das estradas, por que o Governo se preocupará? Os brasileiros não sabem o que significa estradas estragadas, sem condições de transportar. O povo não percebe que as estradas danificadas estragam os caminhões e as mercadorias. Muitas vezes, nossas frutas saem do Norte de Minas e chegam a Belo Horizonte transformadas em suco, pois batem muito. Os brasileiros não sabem que, com as más condições das estradas, aumentamos o consumo de combustível e, conseqüentemente, o preço de tudo que consumimos: arroz, feijão e gasolina. Além disso, também não sabem que, se as nossas estradas estivessem em boas condições de tráfego, economizaríamos combustível, que o Brasil seria auto-suficiente em gasolina, não precisaria importar petróleo e, assim, não estaria sujeito ao preço internacional do petróleo.

Poderíamos, então, ter uma gasolina mais barata e, conseqüentemente, o povo vivendo mais feliz, porque consumiria mais arroz e feijão. Há pouco tempo, falava-se por esse povo de Norte a Sul; contava-se, de Norte a Sul, que o aumento dos remédios era uma aberração; contava-se para o nosso povo de Norte a Sul que não deveria haver aumento do combustível como até então. E agora? Agora, telespectadores, continuamos com os mesmos aumentos injustificáveis, abusivos e estarrecedores. De Norte a Sul e de Leste a Oeste, não há mais políticos como os que diuturnamente esclareciam ao nosso povo que era uma aberração, um desrespeito ao ser humano e ao brasileiro, apesar de tudo continuar como antes, o que ocorria no País. Aliás, o desrespeito à nossa agropecuária permanece, pois as nossas estradas continuam intransitáveis.

Ao lado de tudo isso, da melhoria e do progresso da nossa agropecuária, precisamos conviver, além das rodovias, com dados indesejáveis. Temos ainda uma agricultura de subsistência, em que faltam adubo, sementes, maquinário e orientação técnica para os pequenos e os microprodutores rurais. Esse avesso de ufanismo está presente de maneira mais agressiva e degradante no Norte de Minas e no vale do Jequitinhonha.

Acabamos de receber nesta Casa o orçamento do Estado para o próximo ano. Somando todos os recursos que serão investidos pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA -, há uma cifra de R\$40.229.359,00, dos quais, pasmem os senhores, apenas R\$5.000,00 são do Tesouro do Estado. Repito, apenas R\$5.000,00 são do Tesouro do Estado. Precisamos de uma SEAPA forte e poderosa, ou seja, uma supersecretaria, para que Minas Gerais tenha uma supereconomia, de que tanto precisa e que pode ter.

Em síntese, esses investimentos, a nosso ver, são muito tímidos, ainda mais considerando-se a área a que se destinam. Minas Gerais possui uma vocação rural e um enorme potencial de desenvolvimento a ser explorado tanto na agricultura quanto na pecuária.

Precisamos valorizar a nossa EPAMIG, sempre e cada vez mais, pois é o nosso órgão de pesquisa agropecuária e possui uma grande capacidade técnica para aplicar e ensinar a aplicar a tecnologia de ponta aos nossos produtores do Norte de Minas, que precisam receber sementes, adubos, maquinário e tecnologia. Nada disso encontramos no orçamento do Estado para o ano que vem.

A silvicultura depende também do IEF para impulsionar o plantio e o cultivo de florestas comerciais, pois a dependência do Estado na importação de madeiras é grande.

O nosso sistema agropecuário oficial não pode restringir-se à emissão de guias para o controle sanitário animal ou vegetal e de selos ou apenas à burocracia do controle, cada dia mais burlado.

O Estado precisa voltar sua especial atenção para o pequeno produtor rural e para a agricultura familiar. Aí está o gargalo: faltam irrigação, semente, adubo, maquinário e tecnologia. Defendemos repetidamente a necessidade de construção de pequenas barragens e de pequenos açudes. Sem água não há como plantar. O custo não é elevado. O retorno, sim, pois a criação de emprego na área rural, além de imperiosa, contém o melhor custo-benefício social e econômico.

Insistimos também na idéia de que as regiões mais pobres recebam mais investimentos que as mais ricas. Essa é a maneira de reduzirmos as desigualdades regionais em nosso Estado. Alguns dados nos levam a reforçar esta idéia: dos R\$41.510.000,00 da CODEMIG, apenas R\$320.000,00 - 0,07% - serão investidos no Norte de Minas. Dos R\$407.800.764,00 do DER, apenas R\$27.682.260,00 - 0,06% - serão investidos em nossa região. No entanto, no cômputo final dos investimentos previstos, a região deverá ficar com 11%, o que nos permite congratular com o Governador Aécio Neves por cumprir uma de suas promessas de campanha: diminuir as desigualdades regionais e reforçar arranjos locais que permitam à nossa região seu desenvolvimento sustentável.

Para reforçar a agricultura, a pecuária e o agronegócio dos pequenos produtores e microprodutores rurais do Norte de Minas, estamos apresentando emenda ao PPAG 2004-2007 para garantir uma ação específica da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a distribuição de adubo, sementes, cessão de maquinário e tecnologia, que auxiliarão o desenvolvimento também da agricultura familiar na nossa região.

Peço mais uma vez que este Estado reconheça o papel da agricultura e da pecuária na economia e no melhoramento do nosso povo. E que invista e coloque à disposição da nossa Secretaria de Agricultura e Pecuária investimentos para que possamos, no menor prazo possível, recuperar o Norte de Minas e o Jequitinhonha e reduzir as desigualdades econômicas, que são as mazelas do nosso povo mineiro. Muito obrigada.

O Deputado Célio Moreira\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, funcionários desta Casa, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembléia, pública das galerias, venho a esta tribuna, mais uma vez, para algumas considerações a respeito das nossas rodovias. O Ministério dos Transportes contará, no próximo ano, com um dos maiores orçamentos já propostos, para enfrentar os enormes gargalos da infra-estrutura do País.

O Ministro Alfredo Nascimento já conta com a garantia de R\$6.000.000.000,00, sendo R\$3.500.000.000,00 referentes à proposta encaminhada ao Congresso e R\$2.500.000.000,00 representados pela chamada emenda modificativa. De onde sairá esse dinheiro da emenda? Do novo critério de contabilização dos investimentos que estão sendo negociados com o Fundo Monetário Nacional - FMI. A idéia é que os valores sejam excluídos do cálculo do superávit primário - receitas menos despesas, descontados os juros da dívida - do próximo ano. Além disso, o Produto Interno Bruto - PIB - deve crescer mais que o previsto este ano, o que refletirá nas receitas do orçamento da União de 2005. O cálculo das receitas é feito com base na variação do PIB e na proposta encaminhada ao Congresso.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, dois motivos me trazem a esta tribuna e estão relacionados com o que acabo de dizer. O primeiro não é menos preocupante que o segundo, apesar da boa notícia do volume de dinheiro envolvido no orçamento do Ministério. Dos R\$2.500.000.000,00 da emenda modificativa, nenhum tostão será destinado ao nosso Estado. Apesar de possuir a maior malha viária do País, ser um grande produtor de "commodities" e bens industriais e ser o centro do País, nada virá para ser empregado nas rodovias e nas ferrovias do nosso Estado. Teremos de nos contentar com as verbas orçamentárias. Esse dinheiro aparecerá somente com a mudança no cálculo do superávit da União e será destinado inteiramente às seguintes obras: eclusas na Barragem de Tucuruí, no Pará; eclusas de Lajeado, no Tocantins; Porto de Itaqui, no Maranhão; Porto de Paranaguá, no Paraná; arco rodoviário do Rio de Janeiro - interligação de rodovias e do Porto de Sapetiba; Porto de Santos - construção da perimetral; BR-101 - duplicação dos trechos Sul, Palhoça, SC, e Osório, RS; BR-101 Norte - duplicação do trecho de Natal, RN, e Palmares PE.

Esse pacote de obras é formado por investimentos que têm retorno financeiro garantido, segundo o Ministério. Diante disso, pergunto: "qual critério será usado pelo Ministério para chegar à conclusão de que essas obras têm retorno garantido? A quem isso é garantido? Ao Governo?". O maior benefício do Governo deveria ser a promoção do bem-estar da população. E esta se beneficiará com o transporte mais barato, seguro, rápido e eficiente em nossas estradas e ferrovias, principalmente naquelas que são palco de repetidas tragédias. Como exemplo, cito o que ocorreu no último feriadão, quando foram registrados quase 40 mortos em acidentes no Estado.

Aqui abriremos um parêntese sobre as ferrovias. Segundo a Consultoria Trevisan e Associados, a oferta do transporte ferroviário está muito aquém da exigência da nossa demanda atual. Neste ano, as exportações do complexo soja superarão em 23.000.000t a capacidade de transporte do setor. E boa parte dessas exportações passariam por Minas em direção a Sapetiba e aos portos do Espírito Santo, se fosse possível trafegar em nossas ferrovias, encurtando distâncias e aumentando a velocidade dos trens. Existem trechos em Minas onde a velocidade média é de 15km/h.

O segundo assunto que venho abordar, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é, como eu disse, também preocupante: a CIDE, contribuição que tinha como destinação o financiamento da infra-estrutura do transporte.

No ano de 2002, foram arrecadados, com essa contribuição, R\$7.200.000.000,00 e aplicados somente R\$1.400.000.000,00 nas rodovias do País. Em 2003, foram arrecadados R\$5.000.000.000,00 e aplicados somente R\$934.000.000,00, também nas nossas rodovias. E, finalmente, até setembro deste ano, foram arrecadados R\$5.000.000.000,00 de reais e somente R\$118.000.000,00 aplicados em rodovias de todo o País. A ser mantido esse diapasão, em 2006, nada será aplicado em rodovias.

Esse é o principal motivo do estado precário de nossas rodovias. O Governo precisa triplicar os investimentos do Ministério dos Transportes e manter esse novo patamar durante os próximos quatro ou cinco anos, para resolver os problemas de infra-estrutura, que limitam o crescimento econômico do País.

Os problemas são tantos e tão graves nessa área, que, para resolvê-los, o orçamento da Pasta teria que saltar do atual patamar para algo entre R\$5.000.000.000,00 e R\$8.000.000.000,00. Sem isso, é impossível crescer a taxas acima de 4% ao ano.

Entendemos que o Governo é do Brasil e para todos nós e não podemos nos aquietar quando sentimos que estamos sendo discriminados. Um Estado como o nosso, a 2ª economia do País, exige um tratamento equânime. O Estado de Minas Gerais está sendo desprestigiado por este Governo em toda a área de transporte, incluindo o nosso metrô, assunto já tão debatido, até pela Comissão Especial do Metrô.

As rodovias federais que cortam o Estado, como indicou recente pesquisa do Conselho Nacional de Transportes, são as piores do Sudeste, estando em estado lastimável.

Mais do que nunca, torna-se necessário que esta Casa se manifeste, faça Minas ser ouvida em Brasília, onde breve estará uma comissão, juntamente com a Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas desta Casa, formada por Deputados de todas as regiões do Estado, para tratar dessas questões diretamente com o Sr. Ministro dos Transportes.



Como eu disse, na semana passada, a Comissão de Transporte da Assembléia Legislativa realizou uma audiência pública, na Casa, com os Presidentes das Comissões de Transporte do País, com os Presidentes dos DERs, sindicatos, empresa e Deputados. Estivemos em Brasília com o Ministro Alfredo Nascimento, que nos disse que não havia como marcar um compromisso conosco. Mas disse que, se não pudesse vir à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, mandaria o Diretor-Geral do DNIT, Alexandre Silveira.

Nenhum comunicado chegou à Assembléia. Pensamos que tenha sido uma indelicadeza por parte do Diretor-Geral do DNIT, que é do nosso partido. Na véspera, entramos em contato com sua assessoria. Em sua agenda constava que S. Exa. estaria na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, mas não sabemos se veio a Minas.

Os Deputados, os Presidentes das Comissões de Transporte dos outros Estados e as pessoas presentes lamentaram muito a ausência de um representante do Ministério dos Transportes na Casa, a fim de debater e apontar soluções para essa situação gravíssima em que se encontram as rodovias e BRs que cortam o nosso Estado, que tem a maior malha viária do País. Não tivemos retorno.

Foi aprovado nesta Casa um requerimento de minha autoria e de autoria também dos Deputados Márcio Kangussu, Carlos Pimenta, à Comissão de Transporte, para que nós possamos sentar com o Ministro e levar a ele - e tenho a certeza de que ele tem conhecimento disso - o retrato de como se encontram as BRs de nosso Estado.

Recentemente, perto de Corinto, próximo ao trevo de Morro da Garça, uma família praticamente foi esmagada. No trecho de Curvelo até Morro da Garça, tivemos um acidente com duas ambulâncias em que morreram todos. Nossas estradas estão com buracos, com crateras e sem sinalização. Com isso, vidas estão sendo ceifadas nas BRs.

Não podemos, de maneira nenhuma, debitar e colocar a culpa dessa situação no atual Governo. Sabemos, sim, como o Governo anterior tratou essa questão. Estamos tentando levar para o Governo atual que algumas BRs de nosso Estado precisam de uma urgente intervenção do Governo Federal, porque - repito - vidas estão sendo ceifadas. Não temos visto boa-vontade por parte do Governo Federal.

A Deputada Ana Maria Resende pode testemunhar que já tivemos quatro reuniões com o Ministro dos Transportes, em Curvelo, Montes Claros e aqui, na Casa. A liberação dos recursos foi prometida. O que Governo está fazendo é uma operação tapa-buracos para a recuperação da BR-135, além de regularizar a situação da BR-381 e das estradas do Sul, do Norte e do Centro-Oeste de Minas.

Infelizmente, até o momento, estamos vendo que os recursos necessários ainda não chegaram. Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, essas eram as observações que gostaríamos de apresentar. Precisamos formar essa frente e cobrar dos nossos Senadores e dos nossos Deputados Federais que intensifiquem sua luta. Assim, com toda a certeza, estaremos salvando vidas nesses corredores da morte que cortam o nosso Estado. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo\* - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, falarei sobre um assunto recorrente em alguns setores da imprensa e que faz parte até mesmo do senso comum de parcela significativa da sociedade: a identificação da questão dos direitos humanos como responsável pela violência urbana. Todos nós estamos acostumados a opiniões como estas: "Está ruim"; "A polícia não pode agir"; "A polícia está com as mãos atadas por causa dos direitos humanos". Em alguns casos, até mesmo a Comissão de Direitos Humanos desta Assembléia é relacionada a essa violência.

Quando estava vindo para esta Casa, ouvi o programa da Rádio Itatiaia, do jornalista Eduardo Costa; e, se não me engano, D. Alba Santa Bárbara falou do drama que viveu com o marido, com o sogro, filhos, netos e empregados da sua casa, no Bairro São Bento. Disse que os direitos humanos da família não eram respeitados e que, na hora da operação policial, um policial lhe afirmou: "Não podemos fazer nada em relação à família e à questão da violência, porque os 'direitos humanos' poderão vir, e poderemos até ser demitidos". Disse até que não poderiam bater nos marginais, porque os 'direitos humanos' poderiam denunciar e abrir processo contra os policiais. Entendo a dor.

Por coincidência, hoje de manhã, estavam na Comissão de Direitos Humanos este Deputado, que a preside, o Deputado Roberto Ramos, seu Vice-Presidente, e os Deputados Biel Rocha e Olinto Godinho. Apresentamos um requerimento de solidariedade a essa família, que viveu momentos de terror. Já havíamos discutido o fato e decidimos, como Comissão de Direitos Humanos, prestar solidariedade à família.

Gostaria de aprofundar esse debate, que muitas vezes acontece de forma torta, desviada, porque talvez falte conhecimento, por parte da grande maioria da população, do que são direitos humanos. Muitas vezes, há ainda uma imprensa sensacionalista, que não está a serviço do fortalecimento das instituições democráticas. Essa imprensa reforça a mensagem de que os direitos humanos passam a mão na cabeça dos bandidos; que, se o infrator for torturado ou assassinado, a Comissão de Direitos Humanos estará presente; mas, se forem mortos cidadãos de bem ou policiais, os direitos humanos não aparecem. De alguma forma, esse senso comum cria um grande processo de antipatia e antinomia entre direitos humanos e defesa dos cidadãos.

Aliás, antes do 1º turno das eleições, estive aqui me pronunciando em relação à acusação feita ao Deputado João Leite, de que não teria voto, devido às informações de que policiais estariam afixando cartazes nas delegacias, mostrando: "Não vote em quem defende os direitos humanos". Fui o único parlamentar a fazer sua defesa.

Tive um aparte precioso do Deputado Miguel Martini, que me elogiou. Disse a ele ser uma questão de colocar os pingos nos is. A questão da defesa dos direitos humanos não escolhe classe ou setor. Falar em direitos humanos não é só falar em direitos individuais e políticos, mas, antes de tudo, daquilo que prescreve a Constituição Federal: os direitos econômicos e sociais, como fundamentais.

A própria ONU, nas conferências internacionais realizadas em Teerã e em Viena, definiu a indivisibilidade dos direitos humanos. A partir desse princípio, não é possível separar a saúde da violência urbana; o desemprego do crescimento da violência urbana; a tortura - que se volta contra os mais pobres nas delegacias e periferias - do meio ambiente ou dos direitos do consumidor. Logo, o princípio da indivisibilidade é fundamental.

Se vivermos numa sociedade em que os direitos humanos não são respeitados, teremos aumento da violência. O não-respeito e o não-resgate dos direitos humanos nos deixam, cada vez mais, inseguros. Ao falar em defesa dos direitos humanos, preocupamo-nos com a segurança da sociedade.

Há 2.600 anos, o Profeta Isaías, no capítulo 32, versículo 17, da Bíblia dizia que a paz é fruto da justiça. Afirmava, ainda, que só teremos paz e segurança permanentes se tivermos os frutos da justiça estabelecidos na sociedade. Portanto, não é possível achar que os problemas da violência serão resolvidos batendo, torturando ou matando. Como diz o velho ditado popular, "quem semeia vento colhe tempestade". A sociedade será cada vez mais violenta, num clima cada vez mais acirrado. Até entendemos manifestações como essas, mas retrucamos.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)\* - Obrigado, Deputado Durval Ângelo. Por meio da TV Assembléia, esta Casa pode ajudar muito na conscientização da sociedade, para tirar a impressão de que direitos humanos servem para passar a mão na cabeça de bandidos. Participei da Comissão de Direitos Humanos. É do conhecimento das Deputadas e dos Deputados desta Casa que o trabalho é feito com a maior transparência em defesa dos direitos humanos.

Sabemos que há uma turma das Polícias Civil e Militar que tenta convencer as pessoas de que os direitos humanos defendem bandidos. Em várias ocasiões, a Comissão tirou da garra de policiais, ou de bandidos, com carteira de polícia, pessoas inocentes que estavam sendo torturadas, processadas e sem ninguém para defendê-las.

Fiz muitos amigos não só nesta Casa, quando participei da Comissão de Direitos Humanos, como também na Câmara Municipal. Aconselharam-me a sair da Comissão de Direitos Humanos, pois sofri ameaças. Sei que V. Exa. vem sofrendo ameaças devido a seu trabalho na Comissão de Direitos Humanos. Com certeza, as Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros têm feito um excelente trabalho de conscientização acerca da definição de direitos humanos.

Muitas pessoas, por diversas vezes, afirmaram que o Ministro Nilmário Miranda e os Deputados Durval Ângelo e João Leite não prestam porque defendem os direitos humanos. Pedi às pessoas que fizeram tal afirmação que apontassem um bandido que tivesse sido defendido pelo Ministro Nilmário e pelos Deputados Durval Ângelo e João Leite. Qual bandido eles defenderam? Não há resposta.

A Comissão de Direitos Humanos está pronta para intervir quando os direitos do civil e do militar não são respeitados. Conhecemos as dificuldades por que passam os mais pobres e carentes, que são pisados e denunciados injustamente. A Comissão desta Casa tem desempenhado um excelente trabalho, por meio dos Deputados Durval Ângelo e João Leite, bem como do Ministro Nilmário Miranda, na Secretaria de Direitos Humanos.

A TV Assembléia pode ajudar a esclarecer o que são direitos humanos, pois muitas pessoas não sabem o que isso significa. Parabênz-o por seu pronunciamento. V. Exa. pode contar comigo, pois lutaremos para que os direitos humanos sejam respeitados.

O Deputado Durval Ângelo\* - No ano passado, a Comissão de Direitos Humanos recebeu denúncia sobre uma quadrilha formada por policiais civis e militares, que atuavam com civis no tráfico de droga e no controle de roubo no hipercentro de Belo Horizonte. Foi autuada e, na época, disseram que a Comissão estava sendo contra.

Em junho do ano passado, 15 policiais foram presos, sendo 10 civis e 5 militares. Os civis condenados perfizeram um total de 147 anos; mas, infelizmente, os militares foram absolvidos pela justiça militar, mesmo tendo sido indiciados pela Corregedoria. Recentemente, foram denunciados pela Vara de Tóxicos, e com certeza serão condenados. A polícia tirou-os do hipercentro, mantendo-os distantes.

Semana passada, tive a oportunidade de conversar com o Maj. Aroldo Pinheiro, Comandante da 6ª Companhia do 1º Batalhão, que atua no hipercentro de Belo Horizonte. Com a prisão da quadrilha, o número de homicídios no hipercentro foi reduzido em 67%; o número de furtos, em 30%; e o de assalto à mão armada, em 32%. O roubo consumado a prédio comercial caiu de 22% para 12%, de 2003 para 2004, no mesmo período, ou seja, houve redução de menos 46%.

No hipercentro, o roubo consumado a ônibus caiu de 24% para 14%, ou seja, houve uma redução de 42%. O roubo consumado a passageiro caiu de 10% para 5%, redução de menos 50%. O roubo à mão armada caiu de 128% para 59%, uma queda de 44%. O roubo consumado caiu de 2.057 para 1.556, no hipercentro; e o roubo à mão armada caiu de 942 para 641, redução de menos de 32%. Isso teve a ver com a Comissão de Direitos Humanos, pois, além da prisão da quadrilha, realizamos reuniões com a presença do Maj. Pinheiro, onde foi discutida com comerciantes a questão da tolerância zero no hipercentro.

A polícia, junto com a sociedade, definiu uma estratégia a partir dessa constatação. Na semana passada, estive com o Maj. Pinheiro, com o Ten.-Cel. Itamar do 1º Batalhão e com comerciantes, para discutir a situação de roubos na área mais central. Tivemos a oportunidade de ver todo um trabalho de inteligência, por meio do qual a polícia identificou a região em que a criminalidade era maior.

Ocorreram várias mortes de prostitutas, porque essa quadrilha atuava junto às profissionais do sexo, muitas vezes as explorando. Depois da prisão de seus integrantes, segundo a Pastoral da Mulher Marginalizada, não tivemos mais nenhum assassinato dessas profissionais no hipercentro de Belo Horizonte. O homicídio caiu de 15, em 2003, no mesmo período, para 5, ou seja, houve uma redução de 67%.

A quadrilha era chamada de "A Firma". Os marginais de uma favela de Belo Horizonte vendiam cocaína em um invólucro azul; e os marginais de outra região, em um invólucro laranja; e todos prestavam contas dessa droga, sendo que a identificação da quadrilha era feita pelos invólucros.

Tudo isso nos mostra que, se atuarmos na linha dos direitos humanos, a sociedade estará realmente protegida. A política da Comissão de Direitos Humanos é, antes de tudo, a da defesa da sociedade.

Infelizmente, no caso do hipercentro, o medo existe, mesmo havendo o reconhecimento da queda dos homicídios. Trouxe aqui a opinião de um mestre de obras: "O assalto é uma vez só, mas o medo é para sempre. Não ando com a carteira no bolso de trás, apenas no da frente, e fico olhando para os lados, desconfiado". Portanto, ele reconhece que houve a redução da criminalidade; mas diz que o medo está presente.

Um professor de mestrado de Psicologia da PUC Minas e do Instituto São Tomás de Aquino, onde é meu colega de trabalho, Prof. William César Castilho Pereira, na sexta-feira estará lançando um livro sobre a formação da vida religiosa em Belo Horizonte, no teatro do Colégio Santo Agostinho. Ele diz o seguinte: "Acredito que essa sensação de medo surge, com mais intensidade, nos grandes centros urbanos. No ambiente rural, as instituições são mais sólidas, o que garante às pessoas uma vida mais estável. Já em metrópoles como Belo Horizonte, as instituições estão mais fragmentadas e não oferecem apoio aos cidadãos. Por isso, eles sentem medo, uma angústia, já que não podem contar com o pacto institucional".

Essa reflexão do psicólogo é muito interessante. Precisamos restabelecer o pacto institucional para eliminar o medo e dar segurança no combate à violência. As pessoas têm de acreditar na sua polícia e no poder do Estado, que deve ter uma ação integrada. Em uma sociedade democrática, isso só será possível se houver confiança, respeito e o império das leis. Com a barbárie e com a política do "olho por olho, dente por dente", com toda certeza não teremos o pacto institucional. Podemos ter repressão, polícia mais armada e mais policiais, mas não resgataremos esse pacto, que é fundamental na questão da violência e do medo. O William César Castilho faz uma boa comparação entre a solidez da área rural e a insegurança das grandes cidades.

Entendemos a dor de quem é assaltado. Nós mesmos já passamos por isso ou tivemos situações como essa em nossas famílias, mas consideramos que defender os direitos humanos é remédio para quem quer segurança na sociedade.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 7/10/2004, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira

nomeando Anderson Graciano de Melo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 22/10/04, que nomeou Regina de Assis França para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Dario Vieira dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

## ERRATA

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2004

CONCORRÊNCIA Nº 1/2004

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 23/10/2004, pág. 29, col. 1, sob o título "Pontuação dos Licitantes", na pontuação da empresa TNL PCS S/A, onde se lê:

"1", leia-se:

"0,84".